

## **CULTURA, GESTÃO E LOCAL: A EXPERIÊNCIA DO CENTRO CULTURAL VILA SANTA RITA DA CIDADE DE BELO HORIZONTE**

Ricardo Ulpiano da Cruz Pereira<sup>1</sup>  
Violeta Vaz Penna<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo analisa questões pertinentes do processo de implementação do Centro Cultural Vila Santa Rita a partir de orientações, conceitos e pesquisas existentes, refletindo sobre os problemas, dificuldades e avanços alcançados na gestão do equipamento. Para isso situamos o Centro Cultural no cenário histórico da política cultural da prefeitura de Belo Horizonte, relativo à implementação da rede de centros culturais públicos e no contexto da localidade onde se situa este equipamento.

**PALAVRAS-CHAVE:** política cultural; gestão; abordagem em rede.

### **1 INTRODUÇÃO**

O presente artigo analisa questões pertinentes ao processo de implementação do Centro Cultural Vila Santa Rita a partir de orientações, conceitos e pesquisas existentes, refletindo sobre os problemas, dificuldades e avanços alcançados durante esse processo. Para isso situamos o Centro Cultural no cenário histórico da política cultural da prefeitura de Belo Horizonte, relativo à implementação da rede de centros culturais públicos e, no contexto da localidade onde funciona este equipamento.

O primeiro Centro Cultural da cidade de Belo Horizonte foi inaugurado em 1992, passados vinte e dois anos, a rede de Centros Culturais hoje, é constituída por dezesseis unidades, localizadas em oito das nove regiões administrativas da cidade. Estes centros tem como finalidade integrar a política cultural descentralizada desenvolvida pelo Município.

O Centro Cultural Vila Santa Rita (CCVSR) foi inaugurado em 2008. Com histórico de dois fechamentos da unidade em seu curto histórico de existência, a gestão atual tem apresentado êxito num trabalho de abordagem de rede iniciado em 2011. Este trabalho suscita questões a respeito da proposta de uma ação descentralizada, refletindo sobre as possibilidades e entraves na realização de uma ação cultural local, nos envolvendo num trabalho de sistematização da proposta desenvolvida de modo a contribuir e provocar discussões a respeito da relação entre política cultural, cultura local, gestão e abordagem em rede.

---

<sup>1</sup> Especialista em Educação Musical, Gerente do Centro Cultural Vila Santa Rita/FMC/PBH, ricardocruz@pbh.gov.br.

<sup>2</sup> Mestre em Educação, Analista de políticas públicas do Centro Cultural Vila Santa Rita/FMC/PBH, violetapenna@pbh.gov.br.

## 2 CENTROS CULTURAIS NA CIDADE DE BELO HORIZONTE

A Secretaria Municipal de Cultura foi criada em 1989. Com várias reformas administrativas desde então, em 2005 se constituiu como Fundação Municipal de Cultura (FMC), órgão gestor responsável pela política municipal de cultura. Desde a sua criação uma série de equipamentos são criados, no sentido de desenvolver a política cultural, realizando ações e projetos nestes espaços.

O primeiro Centro Cultural inaugurado de forma descentralizada acontece em 1992, quatro anos após a criação da Secretaria. Hoje a rede de Centros Culturais é constituída de dezesseis unidades, localizadas em oito das nove regiões administrativas da cidade. Segundo consta no site oficial da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), a criação dos Centros Culturais tem “como finalidade a implementação das diretrizes políticas da Fundação Municipal de Cultura, integrando assim a descentralização dos serviços e consolidando a política cultural da cidade”<sup>3</sup> (2014). Seus objetivos envolvem a formação, o fomento e a difusão artístico-cultural, a disponibilização de acervos e desenvolvimento de ações de promoção da leitura, realização de debates sobre temas relacionando cultura e cidadania através da transversalidade com temas de outras políticas, promoção de ações no sentido de fortalecer identidades locais através de ações artísticas e de patrimônio cultural.

Os Centros Culturais possuem estruturas físicas diversas, mas a sua maioria apresenta um padrão, tendo no mínimo 1 sala de oficina, 1 auditório multiuso, biblioteca e administração. Cada Centro Cultural possui uma gerência que, a partir de 2009, passa a ser função pública, podendo ser ocupado, portanto, somente por funcionários públicos e, uma equipe técnica, composta por um corpo mínimo de bibliotecário, assistente administrativo, produtor e/ou arte educador.

No histórico de implementação dos Centros Culturais é importante considerar algumas questões. Em primeiro lugar é importante ressaltar que dos dezesseis Centros Culturais, nove são inaugurados no período de 2007 a 2009, dobrando assim a rede de Centros Culturais em um curto espaço de tempo. Este fato ampliou a rede de equipamentos descentralizados, mas gerou dificuldades na gestão e operacionalização dessas unidades que não tiveram a devida provisão de recursos humanos e financeiros. O corpo de funcionários passou a ser composto

---

<sup>3</sup> PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA: centros culturais. Disponível em: <[http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=fundacaocultura&tax=6782&lang=pt\\_BR&pg=5520&taxp=0&](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=fundacaocultura&tax=6782&lang=pt_BR&pg=5520&taxp=0&)>. Acesso em 09 mar. 2014

principalmente a partir de 2009 com a chamada de concursados, aprovados no concurso público de 2008. Outra questão a considerar é que a partir dessa data, dos nove Centros Culturais inaugurados, seis eram frutos de Orçamento Participativo, o que se, por um lado, respondia a demanda da população por ações culturais, por outro lado, pode tornar-se um problema, uma vez que dada a distância entre a data da eleição da obra a ser construída e a data da inauguração do equipamento, o cenário que aponta para a necessidade de construção de determinada obra se modifica. Uma terceira questão é que, no ano de 2000, a PBH passa por uma reforma administrativa e, num processo de efetivação da descentralização desses equipamentos, os Centros Culturais são vinculados à estrutura organizacional das Administrações Regionais. Essa mudança foi revertida em 2005, pois a descentralização não foi efetiva, e as Administrações Regionais não assumiram plenamente a gestão desses espaços, o que levou a um sucateamento dos mesmos.

Durante todo o processo de implementação dos Centros Culturais e, à medida que surgiam novas unidades, em diversas ocasiões foram realizadas discussões no sentido de melhor coordenar o que se constituía como uma rede de equipamentos públicos descentralizados de cultura. Essas discussões eram coordenadas pelo Departamento de Coordenação dos Centros Culturais (DPCC). Nesse processo é importante destacar dois momentos importantes: a criação do Caderno de Projetos em 2008. Este caderno é um documento que “reúne os conceitos básicos, objetivos e metodologias que norteiam os onze projetos integrantes da grade geral de programação dos centros culturais locais”<sup>4</sup>. Foi elaborado a partir de reuniões com os técnicos e gestores no período de 2006 a 2007, tendo como objetivo principal “... nortear as ações dos centros culturais, no sentido de aprimorar a política de descentralização cultural da FMC.”<sup>5</sup>. Um segundo momento fundamental acontece entre 2011/2012, quando novamente foram criados grupos de trabalho com as equipes e chefias dos centros culturais, do DPCC e da Diretoria de Bibliotecas e Centros Culturais (DIBCC), no sentido de sistematizar, formalizar e propor diretrizes e metodologias mais afinadas entre a rede de centros culturais. Este trabalho gerou uma série de documentos não publicados, reunidos sob o título de “Sistematização das metodologias e dos instrumentos de apoio à coordenação e à gestão dos centros culturais em Belo Horizonte”, sendo interrompido com a mudança de chefia do DPCC e a consequente dissolução do Núcleo de

---

<sup>4</sup> FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA. CADERNO DE PROJETOS. Belo Horizonte, 1998. Documento interno do Centro Cultural Vila Santa Rita.

<sup>5</sup> idem

Acompanhamento Técnico (NATC) – núcleo criado para dar suporte ao DPCC na organização, monitoramento e avaliação deste processo e dos Centros Culturais.

### 3 O CENTRO CULTURAL VILA SANTA RITA – DA INAUGURAÇÃO A 2011

Em junho de 2008 foi inaugurado o Centro Cultural Vila Santa Rita (CCVSR) da Fundação Municipal de Cultura da Prefeitura de Belo Horizonte. Resultado de uma mobilização popular que aprovou a construção da obra no orçamento participativo do ano de 2005.

A inauguração do Centro Cultural Vila Santa Rita (CCVSR) pretendia desenvolver junto à comunidade local, a política cultural proposta pela Prefeitura de Belo Horizonte. No entanto, não tardaram a acontecer os primeiros conflitos.

Vale aqui citar o fator histórico/político do território da Vila Santa Rita. Segundo a URBEL (2014) - órgão urbanizador da Prefeitura de Belo Horizonte- a Vila Santa Rita está localizada numa ZEIS-1:

“Correspondem às vilas e favelas. São constituídas pelos espaços ocupados de forma desordenada por população de baixa renda nos quais existe o interesse do poder público em promover programas habitacionais, intervenções de urbanização e ações de regularização fundiária, com o objetivo de requalificar as comunidades e melhorar a qualidade de vida de seus moradores, integrando-os à cidade.”<sup>6</sup>

Numa região de Belo Horizonte com históricos continuados de ocupações realizadas por pessoas sem teto, surge na década de 90, a Vila Santa Rita. A Vila se localiza no alto de um morro, numa região conhecida como Vale do Jatobá, na região administrativa do Barreiro em Belo Horizonte.

De um lado, situa-se o Conjunto Ernesto Nascimento, conjunto habitacional inaugurado a mais ou menos trinta anos e de outro, um setor industrial, onde se localizam algumas indústrias e lotes vagos de empresas particulares e da Prefeitura de Belo Horizonte, cedidos pela CODEMIG (Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais).

Em fevereiro de 2008, cento e quarenta e duas famílias da Comunidade Camilo Torres instalam-se em terreno localizado ao lado da Vila Santa Rita. Logo se instala um impasse

---

<sup>6</sup> PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. URBEL: área de atuação. Disponível em: <[http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=7491&lang=pt\\_BR&pg=5580&taxp=0&](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=7491&lang=pt_BR&pg=5580&taxp=0&)>. Acesso em 09 mar. 2014

entre a comunidade, a empresa Vitor Pneus- detentora de parte do terreno ocupado- e a PBH - proprietária de outra parcela.

Paralelamente a isso, outro impasse existente, era em relação à Segurança Pública no local. Desde 2006, havia relatos de conflitos armados entre traficantes da Vila Santa Rita e do Bairro Independência. Importante aqui citar que um dos pontos de tráfico e consumo de drogas era o terreno onde foi construído o Centro Cultural Vila Santa Rita.

Neste cenário de tensão, o Centro Cultural é inaugurado em junho de 2008. E, após um início aparentemente tranquilo, rapidamente começam o enfrentamento entre, de um lado, as comunidades da Vila Santa Rita e ocupação Camilo Torres e, de outro, a equipe do Centro Cultural, numa aparente afronta à atuação da PBH neste território.

Com o passar do tempo, estes enfrentamentos tornam-se mais frequentes e a forma com que o equipamento é gerido e também as próprias diretrizes da Fundação Municipal de Cultura (FMC) são questionadas pelos moradores e, principalmente, pelas lideranças comunitárias.

Neste cenário formado pela crescente tensão entre equipe do Centro Cultural e lideranças locais, o ápice é uma reunião realizada no próprio equipamento em 27 de janeiro de 2010. Segundo o relatório feito na época, moradores e lideranças questionaram a forma com que o Centro Cultural era conduzido, a política cultural praticada no equipamento e, até mesmo, o comportamento dos funcionários da unidade. Esta reunião, contava com a participação da chefia do Departamento de Coordenação de Centros Culturais (DPCC), que tentou contornar a situação, mas não houve sucesso nessa reunião. Ao tom de ameaças, os funcionários deixaram a reunião, e, na época, a Diretoria de Centros Culturais e a Presidência da FMC não encontraram outra opção que não fosse o afastamento da equipe e o fechamento temporário da unidade.

Passados seis meses, em julho de 2010, o CCVSR é reaberto, com uma nova gestora e equipe quase que totalmente renovada. A nova gestão possui maior acúmulo nas questões referentes ao trabalho com comunidades de vilas e favelas com pouca oferta e acesso a bens e serviços públicos. A nova gestão demonstra maior competência na relação com a comunidade. O trabalho possuía uma boa perspectiva de avanço, no entanto, neste ano - 2011 - ocorre uma reforma administrativa na FMC, que alterava o cargo de gerência de amplo recrutamento para função pública. Como a gestora não era servidora pública concursada faz-se necessário sua exoneração, ocasionando um término precoce da nova gestão do CCVSR.

Com o desligamento da gestora em abril de 2011, o CCVSR continua funcionando sem a presença de um gestor, o que aparentemente, dentro do cenário ainda delicado para a ocasião faz com que a tensão entre comunidade e equipe se acentue novamente. Dois meses após a saída da gerente, a equipe do CCVSR se vê envolvida em um novo conflito. No final do mês de junho do mesmo ano, após demonstrações de agressividade por parte de pessoas da comunidade, uma funcionária é ameaçada por traficantes dentro da sala de administração do equipamento. Ao reportar o ocorrido à Diretoria de Bibliotecas e Centros Culturais (DIBCC), esta avaliou que diante do risco existente, era necessária a remoção da equipe, tendo como consequência nova interrupção no funcionamento da unidade. Mais uma vez fica clara a situação de fragilidade na questão da segurança no local.

Quando, assumimos a gestão em julho de 2011, a DIBCC não contava ainda com propostas para mediar a tensão no local e não havia um plano de reabertura do CCVSR. Neste contexto, de conflito no território e fechamento da unidade, iniciamos um planejamento para reabertura do equipamento.

#### **4 PLANO DE GESTÃO DO CENTRO CULTURAL VILA SANTA RITA – DE 2011 A 2014**

"Redes sociais são redes de comunicação que envolvem a linguagem simbólica, os limites culturais e as relações de poder" (2005)

Fritjof Capra

Em agosto de 2011, apresentamos uma proposta de reabertura e execução de uma nova forma de gestão baseada em três eixos: (1) abordagem em rede; (2) o equipamento como espaço de formação e valorização da produção artística local; (3) identificação e mobilização de públicos potenciais, em uma ação de desenvolvimento de públicos.

##### **4.1 Abordagem de rede: construindo pontes**

A abordagem de rede dentro do plano de trabalho foi o eixo que norteou a ação. Essa abordagem

“implica num processo no qual devem ser estabelecidas relações informais, descentralizadas e horizontais, conforme a complexidade social, que permitam superar as fronteiras entre o público e o privado e o não governamental e que reconheçam os desafios do mundo globalizado, o que garantem conforme [...], maior legitimidade, acordo e participação.” (GONZÁLEZ, 2011, p. 71)

Apresentamos uma proposta a DIBCC e a FMC, baseada na aproximação do Centro Cultural com a rede social do território, através do levantamento de contatos dos atores chave dessa rede e estudo de campo no próprio território. Isso porque conforme Botelho (2011), compreendemos que ao planejar uma ação fica claro que há uma distância a se considerar entre o que planeja o Estado e o que acontece durante um processo de implementação do que foi planejado. Entre a inauguração de um equipamento cultural e as condições existentes no território para uma ação cultural existe um hiato. Diferentes forças agem no território e a distância e os conflitos tanto são maiores quanto menos se discute com a comunidade. Embora o CCVSR seja fruto de um orçamento participativo, entre a decisão de criar um equipamento, a sua construção e a sua política de atuação há diferenças de pensamento e de expectativas. Nesta comunidade, ao revisitar os relatórios gerados durante os fechamentos, era comum o relato de moradores dizendo que, na verdade, o que eles queriam era um Centro de Saúde, ou uma UMEI (Unidade de Educação Infantil) ou até mesmo um Centro Comunitário. Ao imergir no território, conhecer sua topografia e os serviços oferecidos ali oferecidos, percebe-se, à época, a dificuldade daquela comunidade em acessar os serviços oferecidos por outras políticas. No momento era inegável que a relação com a comunidade e suas lideranças; gestores de outras políticas no território; empresas e demais atores interessados era mais que necessária. Era inconcebível pensar em abrir as portas da unidade sem um mínimo de adesão da comunidade local.

Neste primeiro momento, a experiência é a da urgência de mediar todos os tipos de conflitos, entre instâncias do próprio governo, as propostas da coordenação central, as diferentes demandas com artistas e públicos locais, a comunidade local, o não público. Aproximar dos atores que convivem e relacionam num mesmo espaço, entendendo as diferenças, forças e poderes que atuam no território. Era necessário transpor as barreiras, criando pontes entre o centro cultural e a comunidade.

Nossa primeira ação foi o contato com as lideranças comunitárias, no sentido de mediar as relações com a comunidade. A partir daí começamos a compreender a dinâmica de poderes no local, a identificar os grupos artísticos, as pessoas interessadas em cursos e/ou oficinas, e/ou apresentações artísticas e interessados em outros serviços e/ou informações. Outro passo foi integrar de forma permanente as reuniões da Comissão local, coordenado pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) / Petrópolis. A Comissão local é composta por gestores públicos que atuam no território, organizações não governamentais e

entidades privadas que atuam no território com a finalidade de discutir em grupo os problemas existentes, apontando alternativas e soluções. Este núcleo fortalece as relações locais institucionais, e foi de suma importância, dada nossa localização geográfica isolada de outros equipamentos públicos. Estes equipamentos estão localizados próximos ao Centro Cultural, mas, de fato, o CCVSR é o único equipamento público existente dentro da Vila Santa Rita.

Entendemos que os objetivos dessa articulação foram alcançados e isso por uma adequada proposta que considera como afirma González (2011)

“... ao consenso que seja capaz de gerar, à apropriação que suscite nos diversos atores institucionais ou sociais, a compreensão de que o público não é somente o governamental, mas sim algo que concerne a todos os cidadãos. E tal consenso está necessariamente mediado pela capacidade de colocar em diálogo os interesses dos atores vinculados ao processo de formulação da política e do plano, com as possibilidades reais de implementação dos acordos no âmbito dos objetivos a ser alcançados, tendo em vista um horizonte temporal compartilhado. O papel do Estado não se limita, assim, ao de um espectador, mas sim ao de um mediador que garanta o pacto, permita alcançar os acordos e gere a credibilidade necessária para tornar realidade tais propósitos.” (p.72)

#### **4.2 Centro Cultural: Espaço de formação e valorização da produção cultural local**

Ao iniciar uma abordagem de rede e conseguir uma adesão de diversos atores no território, é necessário olhar também para as demandas e necessidades culturais deste. Entender quem produz e como se inserir ou criar uma rede cultural em diálogo com o que se produz, mas também agregando novos valores e ações dentro deste contexto e entender quem consome, quem são as pessoas interessadas. Essa compreensão contribui com uma ação mais efetiva na adesão e ocupação da comunidade na medida em que aponta para a criação de laços de pertencimento, propõe a abertura ao diálogo, e à formação do olhar para a importância da cultura como direito a ser exercido. É “preciso não esquecer que a descentralização cultural é, também, a difusão da cultura por todo o território, a conquista de novos públicos, o desenvolvimento da criação artística.” (RIZZARDO, 2012, p. 103). Nossa hipótese era que essa abertura ao diálogo e a ocupação de atores locais do Centro Cultural, poderia ter como consequência também o afastamento da presença do tráfico de drogas nas proximidades da unidade, uma vez que este passo passaria a se integrar como algo que pertence e é desejado pela comunidade.



Sabendo disso, optamos à época em criar uma oferta, baseada nas primeiras conversas com a comunidade local e no histórico do CCVSR até sua segunda interrupção em 2011. Esta escolha envolveu ao mesmo tempo, pesquisar e conhecer o território e seu público e pactuação local para reabrir as portas. Sem dúvida esta escolha é um dos destaques positivos desta experiência, embora saibamos que uma pesquisa deveria ter sido feita anteriormente à construção do Centro Cultural para melhor compreensão desses fatores.

Reunir e convidar os grupos artísticos a reocupar o espaço, significa reafirmar nossa abertura ao diálogo e a importância da valorização das expressões locais como eixo fundamental de um equipamento cultural local. Não estávamos ali interessados em “levar cultura aos que não tem”, mas contribuir, potencializar, valorizar a cultura local como um elemento importante na constituição do direito cultural. Como aponta Botelho (2011) o equívoco “da universalidade da cultura erudita como valor maior e da universalidade do “desejo por cultura”. [...] são o pano de fundo da não incorporação de novos segmentos sociais...” (p.11). Esse equívoco deve ser superado, sempre, e, principalmente, quando estamos realizando um trabalho em comunidade cuja exercício do direito cultural ainda é incipiente. Reconhecer a si mesmo como produtor, criador e participante legítimo de uma ação cultural.

Nesse sentido, após uma série de reuniões, artistas e grupos locais voltaram a ocupar o CCVSR para desenvolver suas atividades, sendo propostas ao longo do trabalho atividades integradas, envolvendo o artista na execução e na avaliação das ações que eram realizadas. Os grupos passaram a desenvolver seus processos criativos naquele espaço, assim como a ofertar oficinas para a comunidade e apresentações artísticas. As atividades que eram propostas pela comunidade naquele espaço não tinham valor hierárquico em relação às atividades propostas pelo Centro Cultural, ambas compunham a ação cultural no território.

Para além da ação local, passamos também, por um lado, a discutir em outras instâncias governamentais a importância da inserção desses grupos em projetos e ações da cidade, como forma de valorização e reconhecimento dessa produção artística e; por outro lado, a informar os grupos sobre editais e processo de seleção e qualificar os mesmos na elaboração de projetos. Como resultado desse trabalho, ainda em 2011, alguns grupos locais foram aprovados em editais abertos na cidade de Belo Horizonte.

Os grupos e artistas locais estreitam relação com o CCVSR, e este cumpre seu papel, na medida em que reconhece que

“A participação efetiva na vida cultural, mais além do consumo de bens e serviços culturais, deve ser garantida, na medida em que são superadas as

barreiras na geração de condições equitativas para a criação e o acesso cultural que garantam o pleno exercício dos direitos e a superação das condições de pobreza, exclusão e discriminação, com base no aproveitamento das diferenças como enorme potencial de desenvolvimento e de construção de sociedade e de sentidos compartilhados.” (GONZÁLEZ, 2011, p.89)

#### **4.3 Por uma ação de desenvolvimento de públicos**

Na pesquisa descrita por Silva (2012) no artigo “Práticas e percepções sobre os espaços culturais e de lazer”, ele trata da percepção da população em relação ao acesso aos bens culturais e ao lazer apresentando como dados:

- Somente 9,9% dos entrevistados afirmaram que, caso dispusessem de mais tempo, procurariam participar de atividades mais próximas de práticas culturais, como estudar, pesquisar e ler; para frequentar espaços culturais e de lazer, o valor é menor ainda 7,7% e a opção de praticar atividades artísticas restringe-se a 3,6% das pessoas.
- Dos obstáculos encontrados para o acesso à oferta cultural, a maioria dos entrevistados afirmou que os preços altos e a barreira social imposta pelo perfil do público são os principais empecilhos.
- A experiência cultural maior refere-se a práticas relacionadas à cultura em domicílio como TV, DVD e a audição de música. A frequência é em teatros, circos e shows, oscilando entre pouco frequente (59,2% nunca vão) e raramente (25,65), a visitação a museus e centros culturais, apesar 6,9% de pessoas que o fazem pelo menos uma vez por mês. Importante ressaltar que as práticas fora do ambiente doméstico aumentam com a escolaridade. O que pode refletir em parte no que foi apresentado como obstáculo: preço e barreira social.

O que estes dados vem confirmar é que a participação em atividades culturais é pouco difundida no país, portanto, mobilizar, sensibilizar, não é uma tarefa fácil, o que exige pensar numa política de desenvolvimento de públicos nesse espaço. Num modelo ideal, o diagnóstico inicial deste público é fundamental e direcionador de ações. No CCVSR este diagnóstico era inexistente, então levantamos algumas hipóteses para nortear nossa aproximação e melhor compreensão do público, identificando e mobilizando pessoas de referência. Ao observar estes dados e relacionando-os com a realidade local da reabertura do CCVSR, entendemos que a melhor maneira, já que as apresentações e oficinas eram gratuitas e que, mesmo assim, as pessoas não as frequentavam, era criar algumas estratégias de mobilização baseadas na inserção possível pelo encontro social.

Ao observar o perfil do nosso público possível, compreendemos: (1) que os jovens seriam nosso maior desafio, pois, parte deles estavam inseridos no tráfico de drogas; (2) as crianças, em sua maioria, estão na escola nos turnos da manhã ou tarde, mas, já em 2011, uma grande parcela frequentava também o projeto Escola Integrada (oficinas em contra turno nas escolas); (3) grande parcela dos adultos trabalham fora e (4) há um grande número de idosos, alguns já organizados em grupos nos CRAS Petrópolis e Independência e, parte deles, se faziam presentes nas conversas entre CCVSR e moradores. Dessa forma, desenvolvemos inicialmente atividades voltadas para os idosos, que além de público frequentador das atividades, eram multiplicadores e mobilizadores. Conseqüentemente fomos encontrando e abrindo caminhos para aumentar a adesão e participação de outras faixas etárias no CCVSR, com adesão, em seguida, das crianças, dos adultos e dos jovens.

Entendemos também que o horário da oferta das atividades deveriam considerar duas variáveis. A primeira considerava o alto número de ocorrência de crimes violentos no local. Segundo nossa observação a maioria destes crimes ocorriam entre o início da noite de sexta feira até o final da tarde de domingo, seguido pelos dias de semana, a partir das 20h. O que mais uma vez reforçava para nós o foco no público idoso, que tinha disponibilidade nos horários viáveis, por não estarem mais inseridos no mercado de trabalho.

A segunda questão no qual nos detivemos foi sobre como informar, divulgar as ações. O tipo de comunicação feita pela FMC não alcançava o público do nosso território. Percebemos que faixas e carros de som são o que mais atingem as pessoas no local. Aliado a isso criamos também a entrega de programação em domicílio, em mãos, ou através de caixas de correio ou sua disponibilização no comércio local. Além disso, percebemos que nesse trabalho era fundamental identificar pessoas mobilizadores. A Vila Santa Rita é uma comunidade pequena, com vários moradores vindos do interior que preservam uma cultura da conversa de portão, da vizinhança e, a informação corre boca-a-boca.

Realizamos ainda ações de sensibilização junto a populações, através de reuniões com a comunidade e/ou seus representantes, reuniões com grupos e artistas locais, realização de apresentações na rua e participação em campanhas sobre nossos eventos, assim como pesquisas com o público através de questionários depois das apresentações, reuniões avaliativas ao final das oficinas, cadastro de interesses.

Todo esse trabalho, faz com que hoje tenhamos uma ação mais abrangente, com à mobilização de todas as faixas etárias. Iniciando com os idosos, pouco a pouco, outras pessoas foram se conhecendo e se apropriando do Centro Cultural.

Continuar com o trabalho de mobilização, era nossa preocupação com a fidelização e a conquista de novos públicos. Entendemos, quando reabrimos o Centro Cultural que fundamental, além da divulgação da informação e a qualidade das atividades, era uma boa recepção e relação desse público com equipe do CCVSR. Essa relação se dava não somente na informação ou orientação, mas na criação e na própria sustentação do interesse desses pelas ações culturais. Como aponta Donnat (2011) “... o desejo pode nascer do desejo do outro, e são inúmeros os meios de alimentar esse desejo tanto no plano da organização do espaço quanto no plano da atitude do pessoal encarregado da mediação” (p.29). A equipe do CCVSR estava plenamente engajada no atendimento do público e acompanhamento das atividades, mediando situações culturais e atentas aos fatores de participação e frequência do público. Essa medição se faz nas

“... formas de apropriação que se dão tanto por aproximação quanto por estranhamento pelos diversos sujeitos envolvidos nos processos interativos. Isso desafia os mediadores e suas capacidades de observar e ouvir, na medida em que concebemos a mediação tanto como convite quanto como provocação, que se dá pela participação lúdica e crítica, mas também pela introspecção e pela contemplação. A mediação tanto é reflexão quanto ativação de sensibilidades.” (BARROS, 2013, p. 13)

Assim, percebemos que o trabalho envolveu inteiramente a comunidade local. Atuando de forma a: (1) reconhecer que na gestão do espaço, há uma parcela de responsabilidade da própria comunidade. Para isso criamos a interlocução com os moradores, cidadãos que passaram a modificar a realidade local; (2) fortalecer as relações institucionais com o BH Cidadania, CRAS locais, escolas, postos de saúde e gerência regional, e com a comunidade, legitimando CCVSR como representante do Estado no local; (3) ter como norte que os laços em construção entre CCVSR e a comunidade, tornaram-se a principal ferramenta de orientação da gestão, na aplicação da política pública para cultura dentro deste território. Este território, culturalmente apartado do centro de Belo Horizonte, passou definitivamente a figurar como parte inegável do capital cultural da cidade, a exigir e ser reconhecido por suas manifestações.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando a experiência de gestão do Centro Cultural desde sua inauguração percebemos que houve uma modificação consistente na situação da construção de uma política cultural desenvolvida no território, com impactos relevantes na comunidade. Nessa

experiência fica clara como a postura do gestor e da equipe é fundamental para a efetivação dessa política. A mediação em todos os âmbitos, institucionais, relacionais, artísticas envolvendo o Centro Cultural, a comunidade, os órgãos centrais e locais, as lideranças locais foi o orientador das ações que contribuíram efetivamente para o êxito da ação.

É importante apontar, no entanto, que embora exitosa, essa foi uma primeira fase de implementação da política cultural, sendo preciso avançar em um plano de execução da política cultural local. Alguns desafios se colocam como prioritários: a questão da Segurança Pública e Saúde Pública, que envolve a discussão em relação ao uso e tráfico de drogas no local e, a efetivação da descentralização.

Em relação a Segurança e Saúde pública, toda ação que envolve a implementação de uma política pública no local deve considerar a situação do uso e tráfico de drogas, que intervém nas condições de vida das pessoas, restringindo seu deslocamento e acessibilidades aos serviços públicos. Se a situação encontra-se, no momento, estabilizada, a mudança de poderes políticos e de lutas internas do domínio do tráfico mantém uma situação de instabilidade na região.

Em relação à descentralização da política cultural, é fundamental repensar a alocação dos recursos financeiros nesses equipamentos. Hoje, a descentralização desses equipamentos se dá em razão da sua localização geográfica, mas não há autonomia política e financeira em relação às ações a serem executadas, limitando o avanço das atividades. Avançar no campo da efetivação de uma ação que considere não só a democratização cultural com oferta e acesso a bens e serviços, mas a efetiva qualificação e reconhecimento da criação cultural da comunidade, com acesso igualitário aos processos de financiamento e seleção dos projetos artísticos propostos pelos artistas e grupos locais. Avançar também em relação às ações que considere a memória e o patrimônio cultural constituído na comunidade, valorizando a cultura numa relação entre passado, presente e futuro.

Por fim, avaliamos que, nesse processo de avanço, sistematizar a experiência realizada, agregando pesquisas que envolvem a discussão entre cultura e território pode contribuir na melhor análise das ações, provocando a reflexão do debate sobre a descentralização da política cultural, no reconhecimento das potencialidades e diversidade de cada local.

## REFERÊNCIAS:

BARROS, José Marcio. MEDIAÇÃO, FORMAÇÃO, EDUCAÇÃO: duas aproximações e algumas proposições. IN: Revista Observatório Itaú Cultural: Cultura e Formação. São Paulo: Itaú Cultural número 15, p.8-14, 2013.

BOTELHO, Isaura. DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA: fim e continuação? Revista Observatório Itaú Cultural: Os públicos da cultura: desafios contemporâneos. São Paulo: Itaú Cultural, número 12, p.8-18, 2011.

CAPRA, Fritjof. O PONTO DE MUTAÇÃO: a sociedade, a ciência e a cultura emergente. São Paulo. Editora Cultrix. 1982

DONNAT, Olivier. DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA: fim e continuação? Revista Observatório Itaú Cultural: Os públicos da cultura: desafios contemporâneos. São Paulo: Itaú Cultural, número 12, p.19-34, 2011.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA. CADERNO DE PROJETOS. Belo Horizonte, 1998. Documento interno do Centro Cultural Vila Santa Rita.

\_\_\_\_\_. SISTEMATIZAÇÃO DAS METODOLOGIAS E DOS INSTRUMENTOS DE APOIO À COORDENAÇÃO E À GESTÃO DOS CENTROS CULTURAIS EM BELO HORIZONTE. Belo Horizonte, 2012. Documento interno do Centro Cultural Vila Santa Rita.

GONZÁLEZ, Maria Adelaida Jaramillo. O planejamento cultural a partir da abordagem de redes. Um olhar baseado na experiência de formulação de políticas culturais na Colômbia, da Universidade de Antioquia. IN: POLÍTICAS CULTURAIS: Teoria e Práxis. São Paulo. Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA: centros culturais. Belo Horizonte, 2014. Disponível em:<[http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=fundacaocultura&tax=6782&lang=pt\\_BR&pg=5520&taxp=0](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=fundacaocultura&tax=6782&lang=pt_BR&pg=5520&taxp=0)>. Acesso em 09 mar. 2014

\_\_\_\_\_. URBEL: área de atuação. Belo Horizonte. 2014 Disponível em: <[http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=7491&lang=pt\\_BR&pg=5580&taxp=0](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=7491&lang=pt_BR&pg=5580&taxp=0)>. Acesso em 09 mar. 2014

RIZZARDO, René. RELATÓRIOS SOBRE A DESCENTRALIZAÇÃO CULTURAL. IN: PHILIPPE POIRRIER, Geneviève Gentil ( org.). CULTURA E ESTADO: a política cultural na França. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2012.

SILVA, Frederico Augusto Barbosa da. PRÁTICAS E PERCEPÇÕES SOBRE OS ESPAÇOS CULTURAIS E DE LAZER. IN: CALABRE, Lia (org.). POLÍTICAS CULTURAIS: pesquisa e formação. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2012.